



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a realizar-se no dia 8 de novembro, terça-feira, às 9h30min, na sala de reuniões das comissões.

Convido a tomar assento à mesa, aqui comigo, o Dr. Jorge Enoch, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e Presidente do Comitê da Bacia do Paranoá.

Dando sequência aos nossos trabalhos, Deputado Delmasso, nós temos feito semanalmente reuniões com especialistas do segmento dos recursos hídricos do Distrito Federal. A nossa Comissão tem sido protagonista, na Casa, neste assunto de recursos hídricos. Já vimos falando do tema água. Há um ano e meio vimos tratando disso aqui dentro da Casa. Existem alguns projetos de lei no sentido de usar a água de forma inteligente, de as novas obras já serem adaptadas ao reuso, ao reaproveitamento da água, de criar poços para a contenção da permeabilidade da água. Existem projetos nesse sentido.

Mesmo com todos esses esforços, com essas ações tomadas, ontem – não fomos surpreendidos porque já estávamos preparados – recebemos o anúncio, por parte do governo, de que teremos o racionamento da água. Ou seja, as principais bacias que abastecem o Distrito Federal, a do Descoberto e a de Santa Maria, chegaram ao nível de 20%. Então, a partir daí, a Adasa fica autorizada a fazer o racionamento.

Foi implementada a tarifa emergencial, que é 40% mais cara. Foi até motivo de briga nossa essa punição que foi dada à população. E agora vem o racionamento, que, a meu ver, é o pior dos cenários. É o cenário que a gente não imaginava ver aqui em Brasília tão rapidamente.

Isso se deu por conta das ocupações irregulares, se deu por conta da falta de conscientização da população. Acho que as campanhas não foram bem feitas. A gente ainda vê muito em Brasília pessoas lavando carros e calçadas, com as mangueiras abertas. Enfim, não há uma política efetiva de educação, nem políticas de campanhas públicas, nem políticas dentro das escolas também. Nós não percebemos essas políticas por parte do governo.

E agora nós deparamos, Deputado Delmasso, com o racionamento que foi anunciado. Mas ainda não temos um plano de como vai ser esse racionamento. Sabemos que serão atingidos 85% da população do Distrito Federal, mas não sabemos quais as cidades serão atingidas. O que temos até agora é que seremos informados com um dia de antecedência, porém não sabemos quais cidades, qual o cronograma, por quanto tempo. Então, fica a população, mais uma vez, prejudicada por essa ação do governo pelo fato de não ter sido apresentado um plano para nós.

Eu convidei hoje o Dr. Jorge para falar um pouco sobre a situação dos recursos hídricos do Distrito Federal e apontar algumas soluções também, para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	2

nós possamos, daqui do Legislativo, dar a nossa contribuição para Brasília em relação a esse tema. Hoje, Deputado Delmasso, a água é uma bandeira de todos, porque o problema realmente chegou e está aí na nossa porta. Então, nós precisamos enfrentá-lo, resolvê-lo.

Pergunto se o Deputado Delmasso quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, bom dia ao Deputado Cristiano Araújo e ao Dr. Jorge Lima, a quem agradeço a presença.

Falar hoje sobre a questão dos recursos hídricos no Distrito Federal se torna imperioso. Nós discutimos um projeto que, salvo engano, o Dr. Jorge conhece. Ele foi discutido na gestão passada, Deputado Cristiano Araújo. É o projeto chamado Caminho das Águas. Ele trata de recuperação das matas ciliares e dos córregos que abastecem o Lago Paranoá, de revitalização e até de desassoreamento não só do Lago Paranoá, mas de outras bacias também.

Por causa das mudanças climáticas, nós vivemos um momento muito peculiar, no qual a incidência de chuvas tem diminuído muito, e a estiagem tem aumentado. No Distrito Federal, há muito tempo atrás, o mês de novembro era um mês de muita chuva; o mês de outubro já começava com as chuvas; no mês de dezembro normalmente também existiam muitas chuvas. Hoje nós temos chuvas espaçadas. Nós tivemos uma tempestade que destelhou casas em Samambaia. Um bom tempo depois disso, chuvas muito espaçadas que, tecnicamente falando, não conseguem reabastecer os reservatórios. Na realidade, quando há chuva muito espaçada, a velocidade da diminuição dos reservatórios cai um pouco.

As mudanças climáticas que nós estamos vivendo no País, por desmatamentos e por diversos motivos, principalmente pela ação antrópica e sem responsabilidade sustentável do crescimento desordenado e sem planejamento, têm feito com que a capital da República, o Distrito Federal, comece a passar agora por esse problema de racionamento, como viveu, no início do ano passado, o Estado de São Paulo.

Eu acredito que é necessário, Deputado – quero parabenizar V.Exa. por trazer essa temática aqui na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo –, que o poder público comece a estudar e a trazer soluções até mesmo para o que eu chamo de produção da água: a reutilização da água da chuva pelos órgãos públicos... É necessário que nós repensemos o modelo de construção civil que nós temos não só em Brasília, mas no Brasil. Porque o modelo que nós usamos hoje, que depende exclusivamente do abastecimento feito pela Caesb, é um modelo que não é sustentável, é um modelo, nós estamos vendo, que, uma hora, vai ter problema. Então, é necessário que se repense esse modelo que é adotado na construção civil. Para isso é necessário, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	3

vistas ao desenvolvimento sustentável, que a gente atualize as legislações fundadas nesse ponto.

Quero, mais uma vez, parabenizar V.Exa. por esse debate. Espero que os projetos que o Poder Executivo encaminhar, principalmente os relacionados à Lei de Utilização e Ocupação do Solo e à mudança do código de edificações, venham já com essa atualização, com a visão de nós não só protegermos o meio ambiente, mas utilizarmos essas duas situações de forma sustentável.

Parabéns, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Dr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite do Deputado Cristiano Araújo e do Deputado Delmasso.

Vocês já fizeram uma excelente introdução do assunto, mostrando que todos já estão sabendo sobre hidrologia. O que eu vou fazer aqui hoje é trazer alguns dados disso que vocês acabaram de comentar, para embasar esta discussão, que é fundamental.

Realmente estamos numa situação jamais vista no Distrito Federal, como vocês poderão ver, ao longo da apresentação sobre a situação dos recursos hídricos do DF.

Começando em nível nacional, falando sobre os recursos hídricos no Brasil: todos sabem que o Brasil tem muita água e, durante muito tempo, se falou muito sobre isso. Tem gente que fala em 12%, mas, na verdade, a gente tem 19% da disponibilidade hídrica, 12% ou 13% é o que é produzido dentro do Brasil. São coisas distintas... A gente recebe águas dos outros países da Amazônia.

Só que o que acontece? A gente tem uma vazão dessa ordem, mas, de 260 mil metros cúbicos por segundo, 209, estão na Amazônia. Ou seja, 80% da água disponível no Brasil está na Amazônia, onde moram menos de 5% da população. Então, o Brasil não é essa fartura toda. Quer dizer, em relação a outros países, pode ser, mas nos passam, às vezes, uma falsa impressão de que o Brasil não tem problema de água por conta dessa questão.

Esse é um texto que eu escrevi, em 2002, mas o trabalho que deu origem a isso é de 1999, dizendo que o Distrito Federal, naquela época, já era a terceira pior unidade da Federação em disponibilidade de água por habitante por ano.

E existem alguns padrões internacionais que dizem que, abaixo de 1.700 metros cúbicos por habitante/ano, já representaria um risco de escassez ou um risco de conflitos por conta dos recursos hídricos.

Em 2001, eu refiz o cálculo representado em 1999. Nele a gente já tinha 2 milhões de habitantes – lembrando que Brasília foi projetada para ter 500 mil, no ano 2000. Nessa época, a gente já tinha 1.400 metros cúbicos por habitante/ano. Mil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	4

e setecentos era o limite e já tínhamos 1.400. Se considerarmos que hoje estamos chegando perto de 3 milhões de habitantes, esse valor cai para mil.

Temos que lembrar o seguinte: a disponibilidade de água, como bem disse o Deputado Rodrigo, em função das chuvas, tem diminuído. Essa conta eu fiz considerando a mesma disponibilidade de água, ou seja, a gente hoje já deve estar numa situação abaixo de mil metros cúbicos por habitante por ano, o que não é uma situação nada confortável e que gera esses problemas que a gente tem visto no Distrito Federal.

As outras duas unidades da Federação – só para informação – são Paraíba e Pernambuco, que estão submetidas a clima semiárido, em grande parte dos Estado. Então, vejam que a nossa situação é bastante complicada.

Eu gosto de trazer essa informação de como é o uso da água no Brasil, porque ela é muito utilizada, inclusive, na mídia, dizendo que 70% da água é consumida para agricultura.

Mas eu sempre gosto de perguntar o seguinte: o que significa, em termos de gestão, nessa escala, dizer que, na média, 70% da água no mundo é usada para agricultura ou que, no Brasil, 70% também são utilizados para agricultura? Eu trouxe umas continhas para o Distrito Federal. Eu fiz uma estimativa rápida, mostrando que só irrigação e abastecimento... Eu não botei os outros usos... Eu fiz, ontem à noite, uma brincadeira com os números – se formos analisar, 36% da água do Distrito Federal é usada para irrigação e 64%, para abastecimento. Mais uma vez, eu pergunto: o que isso significa em termos de gestão? Ainda botei a vazão média nos rios do Distrito Federal: 90 metros cúbicos. Vejam que é em torno de 10% que a gente utiliza em termos anuais. Em termos de gestão, isso não significa muita coisa. E a gente tem que tomar cuidado com isso, porque, de vez em quando, sai na mídia, inclusive, que 70% de toda a água do Brasil é utilizada para... Não, 70% da água que é consumida... Esse é um percentual usado para fins de educação e para fins de abastecimento, para fins de indústria e outros.

Mas esses dados, apresentados de forma geral, não ajudam muito. O que ajuda muito é o seguinte: a gente tem que pensar nisso por bacia hidrográfica. Aí, sim, a gente começa a entrar numa escala de gestão de recursos hídricos.

Aqui estão as grandes bacias do Distrito Federal: o São Bartolomeu; o Paranoá, que é um afluente do São Bartolomeu; a Bacia do Preto, mais à direita; a Bacia do Descoberto, à esquerda; e, em cima, a APA do Cafuringa, área que verte lá, para a Bacia do Tocantins, Araguaia.

E esse daqui é o sistema de gestão do Distrito Federal. É por essas bacias que a gente faz gestão dentro do Distrito Federal. Na foz de cada bacia dessa, a Adasa tem uma estação que faz o monitoramento da quantidade e da qualidade da água, assim a gente faz a nossa gestão. Esse foi um trabalho que a gente fez mostrando qual é o uso de cada bacia, ou seja, quantos por cento da bacia é urbana,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	5

quantos por cento da bacia é agrícola e outros usos, quanto a gente tem de solo exposto e por aí vai.

Isso é importante a gente ter, por bacia hidrográfica. Toda vez que a gente fala de gestão de recursos hídricos, a gente tem que pensar nisso. Essa é a unidade de gestão.

A gente vê, sim, em algumas bacias, tipo a Bacia do Rio Preto, como é a situação. Essa linha vermelha – deixa eu pegar o apontador, para facilitar a vida – é quanto eu posso dar de outorga de água. Isso é o que representa essa linha vermelha. Essa linha azul aqui, de baixo, é quanto é a demanda de água na bacia. Isso em termos médios. O azul escuro é quanto eu tenho de demanda, que varia. A irrigação geralmente se concentra no período seco do ano. Quando está chovendo, você não precisa irrigar. Hoje o que a gente tem são essas curvas se cruzando porque, com a diminuição da chuva, tanto aumenta a demanda quanto diminui a oferta. Essa curva se cruzou, hoje nós temos, nessa bacia, cerca de 30% dos equipamentos de irrigação parados. Sem dúvida isso não é sustentável para ninguém: não é sustentável para o meio ambiente; não é sustentável para os agricultores; não é sustentável para a população, que depende do alimento, que é gerado, mexe em preço. Claro que estamos falando em escala de Distrito Federal, mas só para dar essa ideia de que a bacia hidrográfica é que é importante na gestão.

No Distrito Federal, todo mundo sabe também que estamos numa região de nascentes. Há nascentes de três grandes bacias, que é a Bacia do Tocantins–Araguaia, essa Bacia do Maranhão; a Bacia do Rio Preto, que vai lá para o São Francisco e a Bacia do Paranoá, que vai para a Bacia do Paraná e Cuenca do Del Plata e por aí vai. É uma bacia internacional.

Essas bacias têm características totalmente diferentes, o que faz do Distrito Federal um baita de um laboratório, em termos de hidrologia. A gente tem uma bacia com uma característica natural ainda preservada, em grande parte dela, mas, quando a gente tem uso lá, o uso é para mineração, que é um uso extremamente agressivo também.

A Bacia do Paranoá é uma bacia urbana, onde estão aproximadamente 3 milhões de pessoas. A Bacia do Rio Preto é de uso agrícola intensivo. Tem gente que não sabe que o Distrito Federal tem uso agrícola tão intenso quanto o que a gente vê na Bacia do Rio Preto.

Esse daqui é o mapa de uso e ocupação do solo. Vejam aqui que essas bolinhas são equipamentos de pivôs centrais. Mas não tem a irrigação só por pivô central, não. Há outros métodos também dentro do Distrito Federal.

O pivô central se adapta muito bem, porque tem questão de preço, tem questão de área que ele ocupa, enfim, existem algumas características da nossa área. O relevo também favorece a instalação dos equipamentos no bioma Cerrado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	6

de uma forma geral, não só no Distrito Federal. E essa mancha escura aqui são as áreas urbanas do Distrito Federal.

Uma questão importante é que o Distrito Federal cresce, em termos de população, praticamente o dobro da média nacional. Enquanto o Distrito Federal cresce 1%, um ponto qualquer coisa, a população cresce 2,25%. Quando você pensa em 2% de 3 milhões, são 60 mil pessoas, por ano, a mais, dentro do Distrito Federal. Se a gente não resolver essa questão, que obviamente não é simples, a situação tende a se agravar, ainda mais, no Distrito Federal.

Esses dois reservatórios, como está na capa do *Correio*, hoje, abastecem 85% da população do Distrito Federal: aqui, Descoberto; aqui, Santa Maria.

A situação do Lago Descoberto. Isso daqui é o histórico, desde a década de 80, dos níveis do Lago Descoberto, que está, todo dia, na mídia. Enfim, já tem um bom tempinho que, todo dia, na mídia, sai isso. Todo dia aparece.

Este aqui é o volume útil do lago, que é a cota mínima e a cota máxima – aproximadamente 80 hectômetros cúbicos. A variação máxima que a gente tinha tido, até o ano passado: 35 hectômetros cúbicos. Hoje, a gente está nesse nível aqui. Esse é o histórico, e esse é o nível hoje. Impressionante, inimaginável. Os nossos modelos não conseguiriam prever isso. É algo realmente assustador, realmente assustador.

Isso aqui é uma outra forma de mostrar. Esses dados aqui são disponibilizados pela Adasa na internet, todos os dias. É superinteressante. Temos estação automática lá. Essa curva, obviamente, é atual, não é? Olha a diferença dessa curva, que é o percentual do volume útil, aqueles 20%, 30% e 40%. Aqui embaixo estão os dados da Resolução 20. Entre 60% e 40% do volume útil: estado de atenção; entre 40 e 20, estado de alerta. E, quando chega a 20, a gente entra no estado de restrição de uso, que é o que a gente está chegando hoje, ou amanhã, esta semana, com certeza. A gente está com 20,65 do volume útil – isso ontem.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – É, mas ela vem sendo discutida já há... enfim, não há muito tempo, porque ninguém esperava que a coisa chegasse a isso, mas é importante termos uma norma legal, como você bem disse. Essa insegurança, incerteza e a própria dificuldade muitas vezes é do órgão – vide o que aconteceu em São Paulo. São Paulo estava numa crise danada, utilizando água de volume morto, e o Governador estava com dificuldade para dizer se estava ou não em estado de emergência, se estava ou não em estado de racionamento. Eu acho que é importante termos regra clara e colocarmos o problema para a sociedade. A sociedade é o motivo do problema e a solução do problema. Então, realmente eu acho importante a transparência na comunicação com a sociedade, principalmente em momentos de crise, que também são momentos de oportunidades de revermos leis.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	7

Nos Estados Unidos, na Califórnia, editaram leis correndo por conta de água subterrânea. Eles conseguiram o feito, também inacreditável, de rebaixar a reserva de água subterrânea em quarenta metros em três anos. Quarenta metros foi o que baixou no nível da água que eles tinham armazenado no solo em três anos de crise hídrica, de seca. E a gente não quer que isso aconteça no Distrito Federal. Se vocês quiserem perguntar... enfim, eu acho até melhor do que eu ficar falando aqui.

DEPUTADO DELMASSO – Deixe-me fazer uma pergunta. Esse “fenômeno” – entre aspas – é localizado? Localizado - digo sobre a questão da redução - ou está acontecendo no Brasil todo e em outros países? É um fenômeno... Só o DF está assim ou não?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Eu vou mostrar isso. Eu vou mostrar isso já já.

Bom, é essa a situação. Este aqui já foi o dado do ano passado. Tem que lembrar que, nos últimos quatro anos, aproximadamente, como você bem disse, chovia todos os dias, no Distrito Federal, em dezembro e em janeiro. Era comum isso. Era difícil secar roupa. Se você pegar os últimos dez anos, os jovens nem sabem o que é chover todos os dias no Distrito Federal durante o período de dezembro e janeiro. E isso influencia muito o regime de vazões também, mesmo que a quantidade de chuva seja igual. A forma como chove também é importante.

Bom, o que está acontecendo? A gente tem algumas bacias dentro do Distrito Federal que são muito interessantes. São bacias muito bem monitoradas, para a gente entender como esses processos acontecem. Vou falar aqui sobre uma das bacias que eu monitoro. É um trabalho em parceria com várias instituições – Caesb, UnB, a própria Adasa. Isso aqui é o sistema de monitoramento de uma bacia dessas, lá na Bacia do Rio Preto. Cada pontinho desses é uma estação.

Esses pontinhos vermelhos são estações que medem o nível do lençol freático. Por que é importante medir o nível do lençol freático? Cerca de 90% da água que passa nos rios da nossa região vem do lençol freático, e 10% é o escoamento superficial. Isso nas bacias naturais ou bacias agrícolas. Obviamente, quando você vai para as bacias urbanas, você aumenta a quantidade de escoamento superficial e diminui a infiltração.

Isso aqui era uma bacia agrícola. A gente está falando da Bacia do Rio Preto, que é aquela área agrícola do Distrito Federal. A gente tem vários pontos de monitoramento de vazão, a qualidade da água e sedimentos. A gente tem pontos de monitoramento da umidade do solo e, obviamente, a gente tem pontos de monitoramento da chuva. Então, a gente tenta monitorar tudo, de uma forma totalmente detalhada, para a gente entender como funcionam esses processos hidrológicos. Eu peguei este ano aqui, não é sem motivo. Esse ano aqui é 2006 e o de 2008. São dois anos hidrológicos aqui. O azul é a média; o vermelho é o que aconteceu no ano. Vejam que a chuva, que tinha o intervalo de cinco meses... Quer dizer, a seca, que tinha um intervalo de cinco meses, passou para oito meses nesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	8

ano hidrológico. Olha o que aconteceu com o nível do lençol freático de um ano para outro: ele rebaixou em torno de dois metros. E, mais uma vez, esse lençol freático é que abastece.

Como é que a gente consegue ter água durante seis meses nos nossos rios, sem chover? É justamente a água que vem dessa recarga dos aquíferos, essa água que vai para o lençol freático. Então, em um ano, a gente teve isso. Num ano em que a quantidade de chuva foi praticamente a média, mas a forma como choveu foi diferente. Foi sempre em pancada. Poucas chuvas, muito intensas. E aí aconteceu isso aí.

Olha, o que o aconteceu no regime de vazões esse ano? As vazões vinham vindo aqui, e aí, nesse ano em que aconteceu isso, a vazão mínima foi a metade da do ano anterior em um ano, o ruim de chuva. Eu acho interessante dizer isso, porque vejamos o que aconteceu em São Paulo! Todo mundo falou, falou, falou. Esse ano foi muito bom de chuva em São Paulo, e o reservatório conseguiu se recuperar de uma forma também inacreditável. Hoje a situação é completamente diferente da de um ano atrás lá.

Então, por isso que eu falo – quando me perguntam qual é a principal chuva – que a chuva é o motor da hidrologia. Obviamente as nossas práticas aqui embaixo fazem alguma diferença, mas, se não chover, dificulta muito a coisa para o nosso lado.

E aí é a sua pergunta sobre se é regional ou se não é regional. Isso aqui foi um trabalho feito com sessenta estações, já pegando o Entorno do Distrito Federal. E aqui a gente consegue ver um fenômeno de estreitamento do período de chuva, ou seja, a ampliação do período de seca, o que é um problema. Principalmente no início da chuva, é importante que chova bastante, por quê? Para ter recarga desse aquífero lá embaixo – que eu falei –, do lençol freático, a gente precisa estar com o solo úmido. Se o solo não umedece, não chega água lá embaixo.

Então, por isso que essas primeiras chuvas para o umedecimento do solo são fundamentais, senão ele fica seco, e vem a pancada de chuva, umedece, e aí vem o sol e seca, e a água não chega lá embaixo. Então, esses períodos de chuva e seca, chuva e seca, chuva e seca, chuva e seca fazem com que a água não chegue ao lençol freático, que é responsável por 90% da água que passa nos nossos rios. Isso tem acontecido nos últimos anos com a mudança não só da quantidade de chuva precipitada, mas da forma como tem chovido. E isso é regional, isso não é só no Distrito Federal.

Não é sem motivo que hoje nós temos um dos maiores reservatórios... O maior em volume de água no Brasil é o Serra da Mesa. E Serra da Mesa está vazio. Um dos maiores reservatórios do mundo em área é Sobradinho. Em volume, também é monstruoso. E está praticamente vazio. Esses reservatórios nunca estiveram em situação tão ruim! Três Marias todo mundo acompanhou ano passado. Também secou. Quem passava na estrada lá via as margens totalmente expostas, como a





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	9

gente tem visto hoje, aqui, no Descoberto também. Então, isso não é uma coisa que só tem acontecido aqui, o que também nos preocupa, porque impacta na geração de energia, impacta no custo da energia e impacta no desenvolvimento do País como um todo.

Esses dados aqui são da Bacia do Pípiripau, aqui no Distrito Federal. Pega um pedaço do Goiás e do Distrito Federal. Esses dados de chuva são medidos desde da década de 70 na nossa estação da Embrapa Cerrados, que é uma das melhores estações que a gente tem no bioma Cerrado. E aí esses dados debaixo são os dados de vazão na Bacia do Pípiripau. Então, vejam a relação que existe entre chuva e vazão.

Então, vejam a relação que existe entre chuva e vazão. E aqui eu separei por décadas. É interessante esse trabalho por décadas, porque aqui fica mais claro o que está acontecendo. Na década de 70, a chuva aqui no Distrito Federal era, em média, 1.600 mililitros por ano. Na década seguinte, em torno de 1.500. Na década de 90, em torno de 1.200, o que se manteve na década seguinte, enfim, de 2004 a 2013.

E olhem as vazões médias na Bacia do Pípiripau. Eram em torno de 3,5 metros cúbicos por segundo e, hoje, estão em torno de 1,5 metros cúbicos por segundo. E eu estou falando de médias de período. Se eu for falar de vazão mínima, vazão máxima, tem toda uma história para contar a respeito disso.

Esse aqui é o nível do lençol freático naqueles poços que eu monitoro nos últimos doze anos. Olha só: sobe, desce, sobe, desce. Teve aquela queda, nunca mais se recuperou. Tentou se recuperar em 2011 e 2012. E foi aqui para baixo. Tentou em 2014, em 2015. Agora, olha o que aconteceu neste último ano: nem subiu. Nem subiu! Esses aqui são os dados do último ano dos lençóis freáticos. Quando eu comecei a medir, eles estavam aqui.

Então, por isso que seca nascente, por isso que tem que se aprofundar cisterna, por isso que, muitas vezes, a água do poço também. Os condomínios têm tido muita dificuldade com esse tipo de coisa. Tem que fazer racionamento, porque não têm tanta alternativa. E, obviamente, o sistema de outorga também vai se restringindo, porque não dá para dar autorização de mais coisa quando a situação está desse jeito.

Vejam aqui os níveis em maio como eram. E olhem como foi no último ano: 9 metros. Vejam que eram 5 para 9; 4 metros de diferença o nível do lençol freático. Por isso seca nascente. Está mais fundo. E isso influencia, como eu mostrei anteriormente, diretamente no regime de vazões. As nossas vazões vão lá para baixo também, porque 90% das vazões dependem dessa água aí. Quem segura a nossa água durante o período de seca é isso aí.

Deputado?

DEPUTADO DELMASSO – Deixe-me fazer outra pergunta. O aquífero Guarani passa por aqui. Passa não, é uma pontinha dele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	10

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – É mais para baixo.

DEPUTADO DELMASSO – É mais ali para a parte do Gama, não é isso?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – É mais para baixo. Mas vamos lá. Qual é a pergunta?

DEPUTADO DELMASSO – A pergunta é a seguinte: utilizam água desse aquífero ou não? Existe autorização? Existe saída? Existe projeção? Enfim...

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Nos estados em que se tem o aquífero, utiliza-se. Mas aqui nós temos os nossos também, e a gente utiliza também. São os poços profundos. Esses poços de 100 metros, 200 metros. Mas a gente tem que lembrar que isso é uma reserva. Em termos de emergência, em determinadas situações você pode usar. Há cidades do Distrito Federal que são abastecidas, grande parte, por água subterrânea. Mas a gente tem que pensar nisso aí, pois a renovação dessas águas não é tão rápida. Então, é uma água que serve para a gente passar algum momento, mas não é uma solução que vai durar para sempre. É só isso. É um paliativo. E é muito utilizado. A gente não pode descartar essa fonte.

Agora, olha o que aconteceu em 2015, 2016 – e esse dado é da média histórica de 1.200, média dos últimos vinte anos –: isto aqui são vários pluviômetros espalhados pelo Distrito Federal; na Bacia do Rio Preto; no CTZL já para o lado do Descoberto, ali na Embrapa Hortaliças, para quem conhece. Choveu um pouquinho mais, mas a média lá, geralmente, é mais alta. No Distrito Federal, a gente tem um gradiente de chuva. Chove mais em Brazlândia e menos no PADF, de uma forma bem grosseira. Mas a gente viu chuvas de 650 mililitros. Chuva de 650 mililitros é semiárido. A gente não está falando do Distrito Federal. Eu duvido que alguém pudesse imaginar medir 650 mililitros de chuva em um ano hidrológico dentro do Distrito Federal – isso, no ano passado –, que alguém falasse alguma coisa desse tipo! Se falassem, iam chamar de doido. E foi isso o que aconteceu. E outra, muito mal distribuída. Como bem lembrado anteriormente. Muito mal distribuída.

Esses são os dados do ano passado. Sempre abaixo da média. O gráfico não está muito claro. Mas isso aqui é o déficit de chuva. Isto aqui é o quanto era para chover, em torno de 1.200, e o quanto choveu na Estação da Embrapa: menos de 800. Foi a primeira vez que ficou abaixo de 900. E a gente está falando de 650 em alguns lugares, quase metade da média.

Como está hoje? Os dois primeiros meses, lá na região, lá na Embrapa Cerrados, foram abaixo da média.

Como eu disse anteriormente, as primeiras chuvas são muito importantes, porque elas umedecem o solo para, depois, ter a recarga dos aquíferos. Se não se umedece o solo, fica nesse negócio de molha, seca, molha, seca, molha, seca. A água não chega lá em baixo, aonde tem que chegar para poder garantir as nossas vazões. Então, não começou bem este ano também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	11

Em algumas regiões, está bem? Está. Em algumas regiões, está melhor? Está.

A variabilidade parcial da chuva no Distrito Federal é outra história e, quando chove, acontece isto aqui, ainda há esse problema. Drenagem urbana no Distrito Federal é outro problema monstruoso que leva complicações para a qualidade da água, também muito sérias. Além de todos os transtornos para a cidade, para a economia, para todo mundo, ainda há isto.

Isto aqui é para mostrar a variabilidade espacial da chuva no Distrito Federal. Isto aqui é uma fazenda em que eu tenho vários pluviômetros. Eu tenho 10 pluviômetros dentro dessa fazenda. É uma fazenda, de 7 quilômetros por 3 quilômetros, na região do Rio Preto.

Num ano hidrológico, dentro da fazenda, eu medi numa estação 980 mililitros e na outra quase 1.300 mililitros. É aquele negócio que ocorre aqui no Distrito Federal de ligar para o colega para saber se está chovendo, para saber se vai haver pelada, se não vai, se está certo, se não está. É aquela coisa típica do Distrito Federal. A gente vai trazendo números para isso.

Olhem lá: chuvas que acontecem assim têm sido cada vez mais normais aqui dentro do Distrito Federal. A chuva só cai num determinado local e isso também é ruim.

Isto aqui é umidade do solo até 3 metros de profundidade, num ano bom de chuva e num ano ruim de chuva. Isso é na mesma data. Essa é aquela história do chove, seca, chove, seca. Então, a gente está monitorando como isso tem acontecido. Esses dados aí são até 3 metros de profundidade. É isso o que tem acontecido.

Isto aqui é o regime de vazões. Isto aqui é lá na Bacia do Rio Jardim, na Bacia do Rio Preto também. Em 2006 e 2007, em maio, como estava e a vazão mínima que a gente registrou, geralmente, em setembro e outubro. A vazão era 1.300, 1.100, 1.100, 1.100. A vazão mínima era 900, 459 – isso é em diferentes anos –, 530, 170, 170 e, no ano passado, eu medi 100. Houve dia em que cheguei lá e deu vontade até de chorar, porque só num pedacinho do rio passava água. Portanto, não é sem motivo que 30% da área irrigada na bacia ficaram paradas.

Olhem lá, este ano eu medi 400, em maio, e aqui medi em torno de 100.

Isto aqui é só para explicar que, dependendo do regime de chuva, de como está o lençol freático, a vazão cai de um determinado jeito. Isso justifica tudo isso que a gente tem discutido. Justifica o Lago do Descoberto, justifica o Sobradinho, justifica o Reservatório de Três Marias, justifica a Serra da Mesa. É isso o que tem acontecido.

Está aí outro problema que também já foi citado: o uso e a ocupação do solo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	12

Eu estou falando de bacia agrícola, onde os serviços ecossistêmicos meio que se mantêm de alguma forma preservados. Quando você impermeabiliza o solo, esse serviço de infiltrar água, de levar água para o lençol freático é praticamente 100% perdido nessa área que foi impermeabilizada.

Aí você vê o processo de ocupação da Bacia do Paranoá, por exemplo. Olhem que loucura de 1964 para 2009.

E há formas de ocupação também em que tem que ser discutida essa questão da impermeabilidade. Está em discussão, hoje, na Segeth, com várias instituições e secretarias, a Lei de Impermeabilidade do Solo do Distrito Federal. A gente tem ido lá, tentado dar suporte, mas a pressão por impermeabilizar mais, para criar estruturas para poder aumentar a infiltração é grande. E a gente tem que ver se é isso mesmo o que a gente quer, porque essas estruturas têm vida útil e são de difícil manutenção. Então, temos que pensar com muito carinho e isso provavelmente vai passar por aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Isso é bom ou ruim?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Bom ou ruim o quê? Impermeabilizar é ruim. Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Eu acho que a gente tem que pensar nessas estruturas com uma coisa a mais e não impermeabilizar mais para usá-la como subterfúgio para poder impermeabilizar mais.

Por favor.

DEPUTADO DELMASSO – Deixe-me falar.

Nós estivemos no ano passado – eu, a Deputada Sandra Faraj e o Deputado Julio Cesar –, em Vancouver, no Canadá, e a vice-prefeita da cidade fez uma palestra para os deputados estaduais que estavam presentes. Falou sobre a mudança de paradigma, relacionada à transformação da cidade, que eles chamam de Cidade Verde – isso é importante, Deputado Joe Valle, V.Exa. que é Presidente da Comissão da Frente Ambientalista.

O interessante é que uma das matrizes das mudanças que eles fizeram, em que eles trabalharam, era justamente sobre a questão da água, porque eles passaram por um momento muito semelhante, com a previsão de uma possível escassez que poderia acontecer naquela cidade. Eles passaram por mudanças conceituais, principalmente colocando ao construtor obrigações de mudança de paradigma na forma de construção, para que utilizassem, por exemplo, materiais sustentáveis, observassem o reuso de água. Até a impermeabilização do solo diminuiu, usando outros tipos de materiais. Enfim, eles fizeram uma legislação específica, colocando isso, Deputado Joe Valle, como padrão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	13

Então, quando você chega, hoje, à cidade de Vancouver, você vê nitidamente dois tipos de cidade: a cidade velha, antiga, com padrões de construção antigos, sem padrões de sustentabilidade; e novos prédios, com esses padrões.

Inclusive eles desativaram o prédio da prefeitura que utilizavam anteriormente, sobre o qual eles falaram na palestra. A prefeitura tinha um terreno, onde se construiu outro prédio, extremamente sustentável. Segundo a vice-prefeita, 100% – 100%! – da água utilizada no prédio é de reuso. Eu achei isso fantástico!

A pergunta, falando justamente sobre o processo de uso e ocupação do solo: não está na hora de nós começarmos a discutir essa mesma mudança de paradigma aqui no Distrito Federal?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Eu diria que já passou da hora! Como uma cidade planejada e com todas as características que o Distrito Federal tem, eu acho que esse tipo de discussão sobre meio-fio; sobre de que forma a gente vai botar água, realmente, em áreas permeáveis, mesmo tendo as construções; sobre de que forma a gente vai favorecer a infiltração dessa água; sobre a questão do reuso... Tem que ver onde é viável e onde não é viável, onde é possível. Talvez, em alguns prédios novos, algum tipo de estrutura – pode não ser 100%, mas sobre alguma coisa que a gente comece a pensar... reuso de algumas coisas, às vezes em outro setor, agricultura ou irrigação, o que seja...

Eu acho que tecnologia para isso já existe, ainda tem que avaliar custo e viabilidade, mas temos que pensar, sim, em alternativas para melhorar esse processo de infiltração e melhorar a eficiência do uso da água. Isso tem que estar na nossa agenda todo dia.

Voltando ao que acontece quando você impermeabiliza o solo, isto é mais coisa de aula: quando não está impermeabilizado, a vazão acontece dessa forma; quando se impermeabiliza, acontece um pico desse tamanho.

Durante o processo de construção, o Distrito Federal insiste em ter obra suja! E outra: insiste em fazer obra durante período de chuva. Nada disso é adequado. Tem que ter planejamento. Até quando a Justiça paralisa obra, tem que ser feito muito bem pensado, porque paralisar obra e deixar obra aberta é um problema sério. A produção de sedimentos numa área dessas é impressionante, assim como o escoamento superficial. Aí a gente tem vários casos. O Noroeste, um bairro novo, nasceu como bairro verde e é um bairro marrom, porque o que ele fez com o Lago Paranoá... Enfim, debaixo das nossas barbas, com a gente acompanhando.

E essa imagem aí? Essa imagem é de ontem. O que vocês estão vendo nessa imagem?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Que bom que você viu isso aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	14

Olha aqui também, aquela questão da variabilidade da chuva, que é interessante. Aqui é o Descoberto, e do lado esquerdo, isso aqui é a descida – eu estava voltando da Embrapa Cerrados, que fica em Planaltina. Essa aqui é a descida do Colorado.

Há quantos anos está aberto esse negócio? Pelo menos uns dois. Há umas duas estações de chuva que estamos com o solo exposto, aberto. Enfim, tudo bem, o governo está tentando conseguir dinheiro, isso e aquilo, mas a obra, para começar, tem que ter um planejamento, um prazo para conclusão e todas as estruturas necessárias para segurar os rejeitos, a erosão e o que tiver que segurar no momento adequado, e, não, depois.

Depois, vem fazendo as obras, fazendo isso e aquilo. Depois que está consolidada, vejam que não têm grandes problemas. Se você tiver um sistema de drenagem bom... e aqui é bacana, porque o meio-fio está baixo, a água ainda consegue ir para lá, a grama está verde, mesmo começando a chuva agora.

Tudo isso a gente tem que pensar direito, mas isso aqui é terrível! São verdadeiras cicatrizes. Estamos em pleno período de chuvas e há trechos em obras.

Aí, o que a gente tem é isso aqui! Vocês veem isso quando viajam para fora do País? Obra que deixa esse rastro para fora? Vocês não veem, porque o vizinho reclama, porque isso é poeira, isso suja o carro, daí tem que lavar mais o carro, a casa.

E outra: para onde está indo essa terra aqui? Isso aqui é o Córrego do Torto, que joga para onde? Para o Lago Paranoá. Que vai ser o quê? Fonte de abastecimento de água do Distrito Federal, e que está assoreando. Todo mundo está vendo.

Vejam lá, Ribeirão do Torto: “Água – Preservar para não faltar”. Tem a placa lá. Lindo! Isso foi no meu caminho do trabalho para casa, ontem – claro que eu parei o carro para tirar todas essas fotos! Vocês estão percebendo isso também.

Aqui é o Lago Paranoá. Isso aqui é o resultado do Noroeste. Está totalmente assoreado aquele braço ali. Está assoreando, e tem uma discussão em curso a respeito do desassoreamento.

Na UnB, o Prof. Henrique Roig e outros levantaram a qualidade desses sedimentos, se pode ou não mexer, o que tem nesses sedimentos. A gente vê resíduos de obras demais nesses sedimentos. A qualidade de água ali está prejudicada. Com relação a esse sedimento, o que está embaixo dele é ainda pior do que o que está em cima. Então, se for desassorear, tem que se fazer um estudo muito bem feito, porque senão, em vez de resolver problemas, a gente vai criar outros muito piores.

Está tendo um *boom* de algas no Lago Paranoá – estão aparecendo algas eventualmente em alguns pontos do Lago Paranoá. O vibrião do cólera já foi encontrado, algumas vezes, dentro do Lago Paranoá, pela Vigilância Sanitária. Esse é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	15

um assunto também que deixa todo mundo apreensivo, porque eles estão na forma não patogênica, mas, se piorar a qualidade da água, pode virar problema.

A gente está acompanhando. Os dados da Caesb mostram isto claramente: voltou a piorar a qualidade da água do Lago Paranoá, que é um exemplo do Distrito Federal para o mundo em despoluição de lago urbano. Então, a gente tem que ver isso com muito carinho e cuidado.

Daí, eu atravessasse a ponte. E o que tem do outro lado da Ponte do Bragueto? O que abriu agora? O centro de triagem norte. Pois é, acabou de começar. Então, estamos lá com mais uma obra iniciando no período de chuva, revolvendo solo, levando-o para cima, e aí você vê que a pista está toda assim. Esses sedimentos vão para onde? Para o Lago Paranoá. Aí, a gente tem perda diária nos braços do Lago Paranoá, que já está mais do que mapeado e acompanhado.

“O Lago Paranoá pede socorro” – isso aqui é entre a Embrapa e a Ponte do Bragueto, na saída. E outra: aqui não estava chovendo, isso aqui é esgoto clandestino. Essa foto é de 2012, mas, se vocês forem lá hoje, vão ver que não está muito diferente, não.

Isso aqui é a entrada do Lago Paranoá, saída do Noroeste. É aquela pista perto do posto, do Extra. Olhem lá o que desce. Isso é o Bairro Verde! Olhem o que acontece quando chove na minha descida do Colorado.

Olhem o que está acontecendo com a drenagem urbana, dentro do Distrito Federal. Esse aqui é o prédio do Ibram e da Sema. Isso aqui é o teto da garagem. Então, vocês sabem que, quando começa a chover...

Mais algumas fotos. Isso aqui é o esgoto clandestino, chegando naquele mesmo lugar. Isso é na chegada do Lago Paranoá, vindo do Noroeste, vindo com esgoto clandestino, assoreamento. Criou-se uma bacia de esgoto aqui, e aí as algas vêm que vêm.

Essa foto não é nova, é de 2011. Foi num evento que a gente fez na Bacia do Paranoá. A gente estava indo lá para ver esse sedimento. Chegando lá, encontramos isso aí. Parece radiativo!

Não acontece com frequência dessa forma, mas essas algas estão presentes no Lago – sempre estiveram. Com o aumento do fósforo, principalmente, elas têm aumentado e isso pode ser problema. Inclusive, ela gera, produz toxinas também. Então, o próprio banho ou coisas do gênero são problema. Isso está restrito a alguns braços.

No Comitê de Bacias do Paranoá, estamos terminando agora uma moção, com base no evento que organizamos sobre qualidade da água do Lago Paranoá, em que a gente traz todos esses assuntos e tenta propor algumas coisas para a gente poder não apenas ordenar em termos de Estado, de sistema de gestão de recursos hídricos do qual a gente faz parte, mas também na forma de comunicação disso para a população, porque a população precisa saber. Ela está lá todo dia. Está usando o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	16

lago. E aí? É problema, não é problema? É importante, não é importante? Então, a gente está pensando em placas na beira do lago. Estamos precisando realmente de um sistema de informação para essa comunicação com a sociedade.

De um lado, está cheio de macrófita. Do outro lado, limpinho, que é o lago que queremos. O que fazer? Tem muita coisa para fazer, mas parte do andamento... Eu falo muito, viu? Se vocês não me pararem...

O uso e manejo do solo em área urbana e rural, o manejo da água, o uso e manejo de resíduos, o monitoramento fundamental. A Adasa tem feito um bom trabalho, junto com a Caesb também, que já monitora há mais tempo.

Fiscalização, educação ambiental, mecanismos econômicos. A gente tem programas de pagamento dos serviços ambientais no Distrito Federal, que podem servir de exemplo.

Pesquisas e estudos complementares são sempre importantes.

Aí, uma coisa que vem para esta Casa também. PDOT e ZE. A gente tem que falar nesses instrumentos de ordenamento territorial.

O PDOT e o ZE. O que a gente fez dentro do ZE? Juntou um grupo – eu, da Embrapa, mais a turma da Caesb e da Adasa, com a coordenação da Sema, da Maria Sílvia – e se sentou para falar o seguinte: qual é a capacidade de suporte do Distrito Federal? Qual é a capacidade de suporte das bacias do Distrito Federal? Vamos melhorar o texto. Aí, a gente viu o seguinte: as áreas em vermelho são áreas em que a capacidade de suporte já está praticamente esgotada.

Da esquerda, aqui, é por conta da quantidade de água, da disponibilidade de água. Então, vejam que lá tem encrenca no Descoberto, Pípiripau, as bacias do Rio Preto. Nisso aí tudo, praticamente, não se pode dar mais outorga. Não pode mais gente porque a quantidade de pessoas que tem lá dentro já não dá conta de suportar a demanda de água.

E o da esquerda é o da qualidade da água. O que a gente fez? Pegamos a população, vimos quanto esgoto gera. Vamos tratar esse esgoto da melhor forma possível e vamos jogar nos nossos córregos, porque não temos rio no Distrito Federal. A gente está numa região de nascente. É tudo pequenininho. E rio pequeno não aguenta desaforo.

A gente fez essa brincadeira e no que é que deu? Deu que várias bacias estão totalmente comprometidas, ou seja, não cabe mais gente. Se eu botar gente e tratar o esgoto, quais são as soluções aí? É exportar esgoto, importar água ou exportar gente. Nenhuma delas é muito barata e muito viável. A gente está falando já com o sistema funcionando muito bem.

Quando você junta um mapa com o outro, o que é que sobra? Quase nada, quase nada. E aquela previsão de que o DF teria 500 mil habitantes e tal, tal, tal e todo aquele estudo que foi feito antes da implementação do DF? Aquilo tudo deu





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	17

errado, porque a gente está com 3 milhões e a nossa região não aguenta mais. Não é sem motivo que a gente está querendo – está querendo não, vai – usar um lago urbano para abastecimento, que é o Paranoá.

Quem gostaria de usar um lago urbano para abastecimento? Um lago que tem alguns milhões, um milhão ou mais de pessoas morando dentro de sua bacia e para o qual vai todo o lixo dessa turma? É boa opção? Enfim, é a que a gente tem hoje.

Outro: ir buscar água lá em Goiás, que é Corumbá. Essas são as duas grandes fontes hoje do momento. E, daqui a trinta anos, depois que a gente estiver com a população do Distrito Federal - se continuar crescendo do jeito que está - em 6 milhões, 7 milhões? O projeto Jurong, que todo mundo acompanhou, fazia essas projeções. Mas é isso. Se continuar do jeito que vai, é aí que a gente vai chegar.

O Distrito Federal suporta? Ele não está suportando 3 milhões. Se eu tivesse que fazer um projeto para o Distrito Federal seria para... Sei lá como eu chamaria isso, mas um outro conceito de desenvolvimento que não seja trazer gente para cá, montar indústria, montar isso, montar aquilo, porque a gente está fadado a ter muitos problemas.

Este aqui é o mapa de qualidade da água do Distrito Federal, quer dizer, é o enquadramento, é o planejamento. Esse é o planejamento do rio que nós não queremos ter. Vejam que tem rios vermelhos aqui. Rio vermelho aqui significa classe 4, que significa esgoto.

Aqui o Melchior – que também tem um apelido, é só mudar para um d no meio, o Melchior para outra coisa – e aqui é o Ponte Alta, um pedaço do Ponte Alta.

Classe 4. O Ministério Público foi atrás da gente: “Como é que vocês enquadram um rio como classe 4?” A gente disse: “A gente fez todas as contas e não tem jeito de ele ser outra coisa que não esgoto”. Olhem a que ponto chegou a falta de planejamento nessa questão do uso e ocupação do solo dentro do Distrito Federal. E outra, muitas vezes existem projetos públicos lá dentro dessas bacias ainda. É isso que a gente quer?

Classe 2 é um rio de uma classe boa.

Outra coisa importante é que na área agrícola ficou praticamente tudo classe 2. Agora, aqui, Sobradinho, classe 3. É difícil manter o Sobradinho classe 3. A gente tentou puxar, porque, se for para lá, você vai ver que o rio fede. Você vai ver que o rio fede!

Então, essa questão de uso irregular, todo esse processo de ocupação do Distrito Federal totalmente sem planejamento tem gerado problemas e quem paga a conta depois é a sociedade. Quem quer viver do lado do esgoto? Eu não quero.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	18

Isso aqui lembrando que o monitoramento não é feito detalhadamente... porque, se você for entrar nas cidades aí e melhorar o monitoramento, vai ficar... Enfim, é isso.

E olhem só a malha urbana e a qualidade da água. O uso do solo e a qualidade da água totalmente relacionados.

Isso aqui é o quanto a gente tem ainda de área natural no Distrito Federal, 47%, um mapeamento que a gente fez agora em 2015, com base em 2013.

Qualidade da água em área urbana e área rural. Olhem lá, os nossos dados de pesquisa mostram claramente que em área urbana não há nem comparação. Os gráficos estão na mesma escala. Não dá para comparar uma coisa com outra. Claro que aqui a gente não mede alguns agrotóxicos, mas que eu acho muito difícil de a gente achar, porque nem nitrogênio a gente está achando na área urbana.

Evolução da área irrigada por pivô central. Vejam que todo o processo de fiscalização, criação da Adasa, não sei o quê, continua crescendo. Não mudou nada em termos de crescimento a área irrigada. A gente tem que repensar isso também. Será que a gente está dando outorga demais? Será se a gente está andando muito no fio da navalha e, quando vem um ano ruim de chuva, ficam esses pivôs parados? Olhem a taxa de crescimento da área irrigada no Distrito Federal, é muito próxima do valor do cerrado também, 5.83% ao ano. Quem dera a nossa economia estivesse crescendo assim também. Não é?

Mapa de erosão do Distrito Federal. Também já estão incorporadas nos projetos ZE, nas bases do Distrito Federal, quais as bacias piores e melhores. E a gente está tentando trabalhar também com a integração, não só com o recurso hídrico, mas com os outros serviços (Ininteligível.), com a manutenção da biodiversidade. A gente está gerando alguns modelos para realmente ajudar na gestão territorial de uma forma integrada, não pensando só na água – a água é muito importante –, mas também em todos os outros serviços que a gente tem, e mapeando isso aí.

Nosso papel, que estamos aqui desempenhando hoje, também é este de juntar ciência, sociedade e instituições para o manejo integrado de recursos hídricos. Então, a gente tem participado de tudo quanto é comissão, conselho. Vejam aqui: Conselho de Recursos Hídricos, Comitê do Paranoá, do Preto, do Maranhão, o Projeto Pípiripau, do produtor de água. No ZE estamos como convidados, porque eu sou da Embrapa, órgão federal, mas estou como convidado na parte técnica, na comissão técnica de acompanhamento.

Esse é o Comitê do Paranoá. Eu acho que a gente tem que fortalecer esses comitês de bacias. Eles fazem parte do sistema, eles são embasados em lei.

O Projeto Pípiripau, produtor de água, no qual a gente pensa em boas práticas na área rural. A gente tem que pensar nisso para a área urbana também. A gente não pode continuar tendo obra suja. A gente precisa educar as pessoas, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	19

gente precisa mostrar como faz. E temos que estar preparados para este desafio aí, que é o Fórum Mundial da Água.

A gente tem que mostrar. Imagina essa turma aqui em abril e a gente com problemas terríveis por aí. Obviamente, o que a gente vai mostrar, aonde a gente vai, provavelmente, vai estar arrumadinho, bonitinho, mas e no caminho? E a gente mesmo, com a nossa consciência a respeito do assunto. Então é um baita desafio.

Estou participando ativamente da organização do fórum, estou em todos os comitês do fórum, estou como coordenador brasileiro da parte temática do fórum, na parte técnica, e também estou no Comitê Diretivo de Organização e no controle do Comitê Diretivo.

Algumas considerações finais.

A capacidade de abastecimento da Caesb hoje é muito próxima da demanda da sociedade, quer dizer, a demanda é em torno de nove metros cúbicos por segundo, a demanda no pico, e a Caesb tem mais ou menos 9 metros cúbicos por segundo para oferecer para a sociedade.

A gente tem que lembrar que vão ser mais dois, três anos sem as novas captações e, se chover igual choveu no ano passado, este ano ou no ano que vem, eu não sei o que vai ser da gente.

DEPUTADO DELMASSO – A previsão é que seja pior este ano.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – É. Não, assim, as previsões... eu confesso que tenho certa dificuldade com essas previsões porque, enfim, as de três, quatro dias já erram, imaginem a de um ano inteiro! Então eu tenho cá as minhas restrições, mas o pessoal está acompanhando temperatura de oceano para lá e para cá para saber se é ano de La Niña, El Niño, se vai chover mais ou menos. A verdade é que a incerteza é muito grande e, se continuar chovendo da forma que tem chovido também... todo dia a previsão é praticamente possibilidade de chuvas esparsas, e isso não diz muita coisa. Tem que chover nos reservatórios, tem que chover no lugar certo, tem que chover da forma certa também. Hoje toda chuva é bem-vinda.

Bom, este aqui é um problema sério: a redução da quantidade de chuvas na região do DF e entorno. Mudança do regime de chuva é outro problema sério; eventos extremos cada vez mais frequentes é problema sério; impactos no regime de vazão em função disso aqui e do uso e ocupação do solo é problema sério. O setor agrícola precisa melhorar o uso. A Secretaria de Agricultura está com um programa muito interessante de recuperação dos canais que perdem demais água. Então tem sido um programa bem legal implementado pela Seagri. A questão da qualidade da água é totalmente relacionada ao uso e ocupação. O sistema de informações hidrológicas está melhorando – vejam que esses dados dos reservatórios a gente pode entrar na Internet e baixar todo dia para ficar acompanhando, o que é ótimo. A gente precisa melhorar isso aqui e precisa melhorar a comunicação com a sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	20

A sociedade tem que saber como está a situação da qualidade da água dos rios onde ela mora.

Os planos de bacia: agora a Adasa está disponibilizando recurso para a gente fazer o plano do Paranoá pelo Comitê de Bacia, que é quem aprova esse plano de bacias com vários projetos, é importante ter esse apoio. Fundo de recursos hídricos é outro que é importante também, a gente precisa melhorar, a gente precisa criar esse fundo efetivamente; ele está previsto em lei, mas a gente precisa talvez regulamentar e arrumar fontes de recursos. Não sei se é 1 real na conta de água, não sei de onde ou da cobrança pelo uso de recursos hídricos, mas a gente tem que pensar em uma alternativa para ter realmente recursos para o sistema funcionar. E é isto, a gente precisa integrar as instituições, integrar os órgãos, integrar os comitês.

Desculpem-me, eu sempre passo do tempo, mas, enfim, eu estou aberto aqui para responder as perguntas. Espero que tenha cumprido a tarefa de trazer informação para vocês que estão aqui tomando decisões o tempo inteiro a respeito do assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Dr. Jorge, eu também gostaria de parabenizá-lo, eu acho que foi uma das palestras... todas foram muito importantes, mas a sua foi muito didática no sentido de trazer dados precisos para nós, para podermos entender melhor o que está acontecendo com os nossos lençóis freáticos e também com as nossas bacias que são de suma importância.

Sobre a questão que o senhor falou do controle da qualidade da água, eu sempre tenho salientado aqui nas reuniões: eu tenho um projeto que trata do painel de controle do monitoramento do controle da água. Então, a ideia do projeto – ele foi vetado pelo Governador e está aqui para derrubar o veto –, a ideia do projeto era justamente divulgar à população, em lugares de muito movimento de pessoas, a qualidade da nossa água bem como o nível dos reservatórios. O projeto foi aprovado no início de 2015 e até hoje não se faz isso.

Eu acho que, à medida que você conhece o problema, independentemente do seu grau de instrução, enfim, a partir do momento em que você sabe que existe o problema e passa a ver, você tem maior facilidade de se conscientizar de que temos que nos desenvolver para usar a água de forma inteligente. Então, eu acho que é um projeto importante, acho que a população vai ter um ganho enorme se o governo fizer esses painéis, não é um projeto caro e nós vamos batalhar aqui para a derrubada do veto.

Eu tenho certeza de que os membros da Comissão, que estão efetivamente lidando com esse tema da água no dia a dia, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Joe Valle, que é Presidente da pasta da Federação de Agricultura... O Deputado Joe Valle já acompanha isso há anos porque, sem dúvida alguma, a parte agrícola de Brasília é afetada com a baixa desses córregos, desses rios. Então, a turma daqui é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	21

mais fácil, mas vamos tentar conscientizar todos os Deputados para derrubar esse veto. Acho superimportante, Jorge.

Eu gostaria de agradecer ao senhor a sua presença, a sua explanação, o seu tempo ao se dispor a vir aqui à Câmara Legislativa. Colocamos a Comissão à sua disposição para encaminhamento de alguma ideia, de alguma demanda de projetos.

É superimportante essa interação entre os especialistas e o Poder Legislativo. Nós estamos aqui representando a população para tentar amenizar esse sofrimento, mas, certamente, nesse tema que é técnico, um tema específico, certamente, os especialistas têm um grande protagonismo no assunto porque podem nos ajudar a formular boas leis, bons projetos, enfim, para a nossa cidade não enfrentar esse problema.

Como você falou, não sei o que vai ser do ano que vem, nos próximos dois anos, 2017 e 2018. Aí, eu fico pensando: Como vai ser para o meu filho que tem 3 anos? A gente começa a enxergar um problema que antes não existia. Temos insistentemente convidado para a Comissão especialistas e temos dado espaço para falarem e vemos se, de certa forma, conscientizamos a população, o governo, enfim, os órgãos responsáveis pelo cuidado desse problema.

Agradeço a V.Sa.

Deseja fazer uso da palavra?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Só um comentário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Sr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – A gente tem uma lei de recursos hídricos que é muito boa: a Lei nº 2.725. Ela é reflexo da lei nacional também. Nela há um instrumento chamado sistema de informações de gerenciamento de recursos hídricos. A gente precisa evoluir nisso. A gente precisa realmente. Se vier qualquer coisa para ajudar, para incorporar, para somar, eu acho que é muito válido. Antigamente, não sei se vocês lembram, nós tínhamos um mapa de balneabilidade do Lago Paranoá, publicado no jornal de grande circulação, toda semana. Então, esse tipo de coisa a gente tem que pensar, voltar com essas ações porque a população não pode chegar lá e pescar. Vide agora o que estão fazendo do lado da ETE Sul: um lugar para as pessoas irem lá se divertir. É do lado da estação de tratamento de esgoto.

Gente, não pode! Só pode ser falta de informação. Não é possível. Não dá para imaginar você pensar em fazer um lugar de lazer do lado de uma estação de tratamento de esgoto. Por melhor que ela seja, nenhuma estação de tratamento trata 100% a água. Ali é lugar impróprio para banho, é impróprio para lazer. A informação precisa fluir e nós estamos sempre abertos como técnico da Embrapa, como pesquisador da Embrapa, como Presidente do Comitê de Bacía.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	22

Precisamos integrar essas instituições. Precisamos nos integrar mais com vocês e integrá-los mais com o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Procurem o Comitê de Bacia, procurem o Conselho de Recursos Hídricos porque, nesses grupos, estão técnicos, sociedade, governo e a discussão acaba se tornando bastante rica. Depois, a decisão é sempre política. Inclusive, como técnico, às vezes, a gente demora a se acostumar com isso, mas a gente tem que entender que a decisão é realmente política e envolve várias coisas, e a gente está aí para ajudar com o máximo de informação que puder.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Dr. Jorge, a Deputada Sandra Faraj está perguntando se você pode disponibilizar o material da palestra?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Parabenizo a Casa pelo evento e parabenizo o Enoch, que está sempre presente, levando seu conhecimento e a força de trabalho, que é uma coisa importante para que possamos avançar. E o que percebemos é que temos avançado pouco.

Eu tenho três perguntas, Enoch, e vou começar com a seguinte: Se você fosse presidente da Caesb e tivesse uma ação só a fazer, o que você faria? Só uma. Você só tem uma bala na agulha. (Risos.)

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Pergunta boa. (Risos.)

Eu só tenho uma bala?

DEPUTADO JOE VALLE – Só uma.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Caramba. Pois é, porque tem que ser uma bala que tem que passar e colocar algumas coisas enfileiradas para essa bala acertar. Porque hoje a solução é ganhar eficiência em gestão, que é o mais barato e rápido. Mas, a gente não pode parar, de forma alguma, os investimentos nessas novas captações. Não dá! A gente tem que ganhar eficiência, quer dizer, reduzir perda. Por isso é que é uma bala que tem que passar. É difícil, com uma bala, matar todos.

Mas tem muita coisa que não depende só dele também. Tem obra que para, tem licitação que para. A gente tem que resolver esse imbróglio porque as coisas têm que acontecer de forma rápida, muito rápida. Porque, como eu disse este ano, dependendo de como for o regime, eu realmente não sei como vai ser ano que vem. Quer dizer... não sei! Eu sei! Vai ser dramático para a gente, porque a gente vai viver só de ações parecidas com as de São Paulo.

Este ano, acho que a gente passa. Como eu mostrei, a curva, no gráfico, já está meio que se estabilizando para voltar a subir. Mas ela precisa subir, se manter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	23

lá em cima e a gente precisa recarregar os aquíferos lá embaixo, porque, senão, ano que vem, quando chegar em julho e agosto, a situação estará complicada de novo.

E outra coisa: não basta chover a média. Tem que chover mais do que a média, porque a gente está com *déficit* lá embaixo.

Mas eu já estou respondendo um monte de coisa aqui.

DEPUTADO JOE VALLE – Estou vendo.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Eu vou parar por aqui.

DEPUTADO JOE VALLE – Tá. Então, nós temos um problema sério de gestão. Isso é uma coisa clara.

E tem um problema de burocracia sério, que trava tudo, e eu preciso de agilidade e rapidez. Basicamente eu tiro isso.

A segunda é: você, como Presidente da Adasa, com uma bala, o que você faria?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Isso é porque o Deputado Joe Valle é amigo. (Risos.)

É difícil porque uma bala, para um problema tão complexo, com tantas facetas...

DEPUTADO JOE VALLE – Mas você conhece muito.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Ele tem, na mão, alguns instrumentos. Mas, mais uma vez, se for para falar uma coisa, é gestão.

DEPUTADO JOE VALLE – Ok. Terceira pergunta.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Meu Deus...

DEPUTADO JOE VALLE – Um tiro só. Você é o Governador. Uma bala para você resolver o problema.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Eu posso devolver a pergunta? (Risos.)

Nessa altura do campeonato, fazer o quê? Se eu for pensar em obra, não dá tempo. Tem... Mas acho o seguinte... Tem que... A informação, para a sociedade, nesse momento, é fundamental.

DEPUTADO JOE VALLE – Educação?

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – Educação, sim. Mas também é uma coisa que você não resolve assim.

DEPUTADO JOE VALLE – É. Então...

SR. JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA – A gente está num momento de crise agora, que...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	24

Bom... Educação é fundamental não tem a menor dúvida. Agora...

Outro dia, eu estava brincando, com os colegas. Eles conhecem essas palestras que eu apresento e falam que tem que infiltrar a água. Hoje estou precisando de água de qualquer jeito. Até se tiver uma enchente na Cabeceira do Descoberto, eu estou achando bom. Olha que loucura a gente pensar numa coisa como essa. É como lá, em São Paulo. A árvore é superboa para segurar enchente. Poxa, se eu tivesse um monte de árvore na cabeceira de São Paulo, mas eu estava querendo chuva de qualquer jeito. Eu queria água dentro do reservatório. Eu precisava de água dentro do reservatório porque o volume morto já estava, quer dizer... O defunto já estava morrendo pela segunda vez. Enfim, concordo, com você, que educação é a base e a gente tem que trabalhar nisso de forma contínua.

DEPUTADO JOE VALLE – Bom, nós estivemos, na audiência pública do Lago, do uso racional do Lago, no ano passado. Desde 2011, estamos aqui, temos trabalhado e não vemos as ações acontecendo, em nível de governo, Enoch. A gente até vê mudança das pessoas na gestão. Muda o Presidente disso, muda o Superintendente daquilo, mas você não consegue enxergar o avanço do processo.

Tanto é que agora nós estamos na reação. Vamos reagir. Reagir é caro, é difícil, é ineficiente, etc., etc., mas temos que reagir porque chegamos ao limite. Nós vamos ser impactados por um racionamento. No meu pluviômetro, lá no Padeff, por exemplo, deu 820 mililitros. É uma coisa impressionante. De verdade.

Esta Comissão, presidida pelo Deputado Cristiano Araújo, que tem feito grandes e interessantes ações – quero parabenizá-lo – legisla, fiscaliza e representa. Então, acho que nós podemos e devemos fiscalizar, com muita força, e entrar num processo de intervenção mesmo, porque estamos num modelo de urgência.

Acho que a Caesb precisa investir muito, na gestão e na eficiência da gestão, agora, neste momento.

A captação do Lago Paranoá não é o ideal, mas é o emergencial e demora mais três, quatro anos. Com a burocracia pública, talvez quatro ou cinco anos.

Corumbá está vindo e é outra lógica ilógica.

Existem pagamentos por serviços ambientais que poderiam estar, neste momento, sendo colocados em todas as regiões agrícolas do Distrito Federal. Não só na Bacia do Pipiripau, mas também em Brazlândia e para o produtor de água. Então, essa é uma coisa que está à mão e que é urgente. Para a área rural, sugiro aquele mesmo programa que já está aqui, com a Sema. É o programa Cultivando Água Boa, lá de Itaipu.

Então, são duas coisas que têm que ser priorizadas e entrar para valer porque são baratas. Não existe recurso para gastar, e elas são baratas. É um programa muito baseado em educação da comunidade, usando Emater, Sema e todo esse processo aí.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	25

Então, Presidente, acho que esta Comissão poderia fazer uma gestão junto ao governo, para que isso possa ser pelo menos oficiado. Deve-se colocar que houve todo um trabalho em relação à água, mas deve-se oficializar, via Comissão. Às instituições que devem ser oficiadas, devem se pedir respostas. Deve-se falar: “fizemos isso, isso e isso. Como está isso? E nós queremos que seja feito isso”. Essa é uma coisa importante.

Em relação à cidade, essa questão aqui, em Brasília, é um negócio impressionante porque nada é regular! A irregularidade é gigantesca! Então, acho que o que vai embasar todos esses processos é a regularização.

Enoch, passo direto, na 251, porque moro para lá. Morro da Cruz chegou à 251! E ninguém sabe como isso aconteceu. Então, é uma situação terrível! Está na pista já!

Então, não há planejamento de absolutamente nada. Nós temos uma população que consome muita água. São 180 litros, 186 litros de água por dia, por pessoa. E nós não temos água! Esse é um processo que está acontecendo numa velocidade, em que nós já perdemos a guerra! Então, acho que o governo precisa, urgentemente, pensar em fazer um grande mutirão de regularização! Um grande mutirão de regularização!

Eu estou no segundo mandato, mas vejo a regularização de condomínio acontecer há dez anos! E não se regulariza. Se não se regulariza, não se fiscaliza! Se há escuro, há fantasma! E o resultado está aí. A lógica é muito ruim.

Eu acho que já estamos nesse limite e temos que trabalhar nessa questão de regularização. Setenta mil pessoas chegam por ano ao Distrito Federal. Setenta mil migram para o Distrito Federal, fora o crescimento vegetativo. Se você faz 180 litros por pessoa vezes 70 mil, você vê o tanto de água que eu tenho que ter a mais a cada ano, fora o crescimento vegetativo, que gira em torno de 2%, 3%. Então, no ano que vem, nós estamos mortos, como diz o outro. Se não chover 1.600 mililitros... E não vai chover 1.600 mililitros. Então, a outra coisa é atacar a regularização.

A terceira coisa é que não há gestão! Não existe gestão! Não há plano de longo prazo! Nunca foi feito! Então, as instituições ficam fazendo... Tem os comitês, tem não sei o quê, mas a gente fica fazendo reunião ao léu. Aí, eu gostaria de pegar essa lei, a nossa legislação, que está rebatida aqui, e que os membros da Comissão possam levar à luz dos comitês, para que a gente possa fazer a mudança necessária, a fim de que possa haver agilidade nesse processo. Até porque eu acho que isso é um modelo de decretar a calamidade pública, de decretar um estado de calamidade: sem água!

Na hora em que os Senadores ou os Deputados Federais começarem a puxar a descarga e não houver água, certamente vai haver um movimento de saída da capital, cara! Não tem água! Eu estou meio alarmista, mas é a verdade! É verdade!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	26

Na hora em que os caras começarem a ver que não tem água, eles vão começar um movimento para tirar a capital daqui! Aí acabou Brasília!

A quarta coisa que eu queria apresentar como sugestão é que eu queria que a gente pudesse... Eu tenho falado aqui de um projeto, de um mercado comum do Centro-Oeste, para a gente trabalhar uma macrorregião e começar a pensar além das nossas fronteiras, num processo colaborativo, porque a gente já viu que aqui estourou. Então, criar indústria é no Entorno, para segurar as pessoas no Entorno e começar a dispersar em região onde existe água! Porque o nosso problema... Brasília é comércio, é inteligência, é saúde, mas indústria é no Entorno! Já dizia Juscelino Kubitschek: quatro anos de agricultura para quarenta anos de fartura.

Para concluir, Sr. Presidente, digo o seguinte: se eu fizer um processo de industrialização no Entorno, de forma planejada, de longo prazo, para 10, 20 anos... A gente não faz mais planejamento de longo prazo. Aliás, como exemplo, o último planejamento estratégico da agricultura, Deputado Delmasso, foi feito pelo Delfim Netto, em 1974. E olha que a agropecuária é a locomotiva do País! É o País do agronegócio, não é? Não há plano estratégico! Aí, quando eu falo de plano estratégico do Distrito Federal para 10, 20, 30, 40, 50 anos... Se alguém faz, ficam falando que o cara está fazendo porque é louco. E a gente vive o dia. E amanhã? O que é que eu vou fazer amanhã? Acabou! Não tem como sair disso!

Então, eu quero agradecer ao Presidente, quero agradecer ao Enoch, que é um amigo, uma pessoa que está em todos os lugares. É uma pessoa da Embrapa que é altruísta, mesmo, não é? Porque a água, para ele, é paixão! Esse trabalho que ele faz, o estudo, é uma coisa pela qual ele é apaixonado. Então, ele vai a tudo que é lugar para falar isso que ele falou aqui, e também para viver isso! Enoch, eu quero me colocar à disposição dos comitês. E vou me colocar à disposição da nossa Comissão.

Muito agradecido.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Bom...

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Se for por trinta segundos, porque a gente está com o horário estouradíssimo, Dr. Jorge.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Eu acho que é fundamental esse pacto federativo para a gente organizar a questão da ocupação do espaço no Brasil, porque, se a gente ficar pensando só DF e continuar da forma como está, a gente estará fadado a uma situação muito pior que a de São Paulo. Você tem toda a razão, mas eu ainda iria mais distante. Eu diria que não é o Entorno. Eu acho que a gente teria que ir mais longe: levar o desenvolvimento para o interior do Brasil ou para fora dos grandes centros, porque hoje o Brasil já tem...

Eu estava fazendo um levantamento para apresentar na Coreia sobre os ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e vi que, no Brasil, 84% da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	27

população é urbana. E as nossas cidades não estão aguentando isso. O processo de urbanização é assustador. Já passei dos trinta segundos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Muito obrigado, Dr. Jorge Enoch, pela presença. Certamente teremos outras oportunidades para debater esse tema.

Neste momento, eu vou transformar a reunião desta Comissão na 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Estamos realizando, neste momento, a 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Passamos às votações.

Item extrapauta:

Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.109, de 2016, que “dispõe sobre medidas e diretrizes a serem adotadas nos casos de reassentamentos e reordenamentos compulsórios e involuntários de ocupantes de áreas afetadas pela execução da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Delmasso.

Vamos analisar as emendas que não foram apreciadas.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita o parecer sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, antes de proferir o parecer sobre a matéria, quanto à Emenda Modificativa nº 3, eu queria fazer um questionamento à Relatora. Quando se fala de grupos com necessidades especiais...

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – O Relator é o senhor, Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO – É porque a Deputada foi a Relatora na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeito.

DEPUTADO DELMASSO – Grupos com necessidades especiais se trata de pessoas com deficiência?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

DEPUTADO DELMASSO – Eu vou pedir para fazer aqui, oralmente, uma subemenda, porque a nomenclatura...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	28

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Não exatamente com deficiências. Muitas vezes um idoso não tem deficiência, mas tem necessidades especiais. É questão de um cuidado especial.

DEPUTADO DELMASSO – É porque hoje a nomenclatura utilizada, até mesmo para idosos e crianças, é diferente. Não existe mais a nomenclatura “necessidades especiais”.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Não. Deputado, é porque não está se tratando de portador.

DEPUTADO DELMASSO – Primeiro porque não existe portador de necessidade especial. Não existe. A pessoa não porta uma necessidade. Ela tem uma.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Pois é, ela tem. No caso, não se restringe a deficiente. Restringe-se a pessoas que necessitam de uma atenção especial.

DEPUTADO DELMASSO – Entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – V.Exa. é pelo acatamento da emenda?

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO DELMASSO) – Sim.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Esta Presidência vota "sim".

As emendas ao Projeto de Lei nº 1.109, de 2016, obtiveram 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Estão aprovadas.

(Assume a Presidência Deputado Delmasso)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Item extrapauta:

Discussão e votação de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2016, de autoria do Poder Executivo, "que altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área de instalação para o Parque Tecnológico Capital Digital".

Relator: Deputado Cristiano Araújo.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sra. Deputada, Sr. Deputado, quanto ao parecer, na verdade, o Governo do Distrito Federal propõe para a Câmara uma alteração no nome do Parque Tecnológico Capital Digital. O parque se chamava Parque Tecnológico Capital Digital, e o governo acrescenta agora o seguinte parágrafo: "A área do parque tecnológico destinada ao Parque Tecnológico será o Parque Tecnológico de Brasília Biotic".

O motivo disso é a biotecnologia, um tema que se encontra em evidência, em expansão e ascensão. Então o governo tenta diversificar o segmento do parque tecnológico não só para indústrias limpas, mas também para a biotecnologia.

Então, o Secretário Marcelo Aguiar da Pasta de Ciência e Tecnologia esteve aqui comigo, pedindo a votação desse projeto.

Nós vamos encaminhar com o relatório favorável pela mudança dessa nomenclatura do parque tecnológico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	30

Pelo exposto, voto pela aprovação, no âmbito da CDESCTMAT, do Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2016, com amparo no comando do art. 69, b, do Regimento Interno da Casa.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Sim.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O parecer obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta:

Discussão e votação de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 50, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "estende o uso do Lote 8 da Avenida Monumental, localizado no Residencial Porto Pilar, Setor Habitacional Meireles, da Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII".

Relator: Deputado Cristiano Araújo.

Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sra. Deputada e Sr. Deputado, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	31

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Sr. Relator, eu estou vendo aqui que esse projeto, na realidade, vai fazer a extensão do uso daquela área para equipamento público urbano. Mas eu não consegui ver aqui qual seria... Eu não consegui ler no projeto... Aqui não está escrito isso, não. Onde está escrito isso? Foi aprovado no governo anterior, não é? (Pausa.)

Está aqui, na assessoria jurídica que fala sobre a questão da Caesb. Muito bem, mas não tem, no projeto, nenhum pedido da Caesb. Ele só fala da inclusão. Ampliando essa alteração, além de ser feito, poderão ser feitas outras coisas também.

Não, não, na justificativa, mas na redação da lei não. Enfim, o questionamento que eu tenho aqui, Presidente, e os assessores já me falaram, a intenção é fazer a construção de equipamento da Caesb, uma estação de tratamento. Obviamente que, alterando a destinação da área o que, na realidade, foi apresentado pelo projeto, o PLC, vai alterar 29 mil metros quadrados, ou seja, que vai transformar em EPU pelo que está escrito aqui, se eu não estiver errado, de 32 para 29 mil metros quadrados. Esses 29 mil metros quadrados serão utilizados para construir uma estação de tratamento de esgoto, pela intenção que está colocada no projeto. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Na realidade, vão continuar 21 mil. Eles vão continuar com a diferença de 3 mil metros quadrados, enfim. Mas também podem ser feitas outras situações lá com a aprovação desse projeto.

Eu estava tendencioso a pedir vista desse projeto, mas, para não prejudicar a população de Santa Maria, eu voto pela aprovação, Sr. Presidente.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Sim.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O parecer obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para fazer uso da palavra.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a inclusão extrapauta do Requerimento nº 4/2016, de minha autoria, que trata da realização de uma audiência pública que eu gostaria para a semana que vem, no dia 23, caso V.Exa. acate.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 4/2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo a realização de audiência pública, no dia 23 de novembro de 2016, às 19h, para debater a política pública animal no âmbito do Distrito Federal”.

Deputado Delmasso, excelente ideia.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o parecer; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO DELMASSO – Sim.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Agradeço à Deputada Sandra Faraj e ao Deputado Delmasso as presenças, bem como ao Deputado Joe Valle, que esteve aqui também; e ao Deputado Delmasso, que foi superpontual.

Infelizmente, nós não conseguimos vencer a pauta dos projetos do Executivo nem dos Parlamentares, mas tivemos um debate muito proveitoso com relação aos problemas hídricos, pelos quais estamos sendo afetados – na minha avaliação, muito mais importante do que os projetos do Executivo, que ficam para a próxima reunião ordinária.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h32min.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   11   2016	9h50min	CDESCTMAT – 7ª Reunião Extraordinária	33